

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30
Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AERC	Hélio Augusto Povoas Schmidt (S)
APTA Regional/URPD - Piracicaba	Cláudia Mira Attanasio (T)
	Vera Lúcia Pimentel (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Adriana Roberta Candido (T)
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Consórcio PCJ	Mariane Alves de Godoy Leme (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
DAE Jundiaí	Nádia Zacharczuk (T)
	Ana Paula Maria Regra (S)
	Rodrigo de Almeida Marçal (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEV S.A	Daniel Maeda (T)
	Pedro Ferreira Steola (S)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundaçao Florestal	José Fernando Calistron Valle (S)
IPÊ	Gustavo Brichi da Silva (T)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
	José Carlos Perdigão (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Cordeirópolis	Sthephanie Fernandes Rocha (T)
	Bruna Rafaela Vidoretti (S)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
P.M de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
	Juliana Goncalez Gragnani (S)
	Ramon Pittizer Moreira (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
P.M de Vinhedo	Cristina Aparecida Bernardes (T)
	Estevan Reis Sgarbi (S)
PUC Campinas	Leandro Garcia da Costa (S)

SANASA	Adriana Roberta Candido (S)
SEMAE	Natassia Bonini Vidas (T)
SEMIL/DPFA	Jeanne Maria Garcia Le Bourlegat (T)
TNC	Mayra Flores Tavares (S)
UNICAMP	Gabriela Marques Romero (S)

Membros ausentes	
Entidades	
AEAP	
CATI	
DAAE – Rio Claro	
Diretoria de Ensino de Bragança	
EESC/SHS	
ELO Ambiental	
IAG/USP	
INEVAT	
IPEL	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Indaiatuba	
P.M de Iracemápolis	
P.M de Itatiba	
P.M de Itu	
P.M de Itupeva	
P.M de Jarinu	
P.M de Louveira	
P.M de Morungaba	
SAA	
SABESP	
SAEAN	
SANEBAVI	
SIMBIOSE	
UNESP/IGCE	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	José Cezario
	Kaique Duarte Barreto
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Taina Moura
Thamiris Cardoso	
Campo Limpo Paulista	Paulo Sergio
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Gabriel Fornel

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

Fundação Florestal	Lilian Pacheco
Instituto Aimara	Rinaldo Calheiros
P.M de Itupeva	Cássio Luiz Ap. Silva
	Marco Antonio Viana dos Santos
P.M de Limeira	Fernanda Martins Gonzaga
Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	Rafael Alves dos Santos
	Thales Guilherme de O.

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2025, realizou-se no Auditório Paulo Choji Kitamura, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Jaguariúna/SP a 9ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 15 de outubro de 2025. **1. Abertura da 9ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais e representante da Associação Ambiental Plantar (AAP) e do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, a Sra. Tainá Moura, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou um vídeo da 3ª edição do movimento “Jovem, vem para o PCJ”, iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ com apoio da Fundação Agência das Bacias PCJ. O movimento, voltado a jovens de 18 a 30 anos, pretende selecionar até 36 participantes comprometidos com o futuro da água na região das Bacias PCJ, reforçando o protagonismo juvenil na defesa dos recursos hídricos. O objetivo é construir pontes entre gerações, promovendo a troca de experiências entre veteranos e novos integrantes, por meio de acompanhamento e mentoria. Mais informações estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ, por meio do [link](#). Após a abertura, o Sr. João consultou os membros se poderia antecipar os itens de discussão e colocar os informes para o final da reunião. Não havendo manifestações contrárias, a pauta da reunião ficou da

seguinte forma: 1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27/08/25, por videoconferência; 3. Apresentação: Sustentabilidade Hídrica para o abastecimento público de água de Piracicaba e Rio Claro; 4. Informes; 4.1 da Coordenação; 4.2 dos membros; 4.3 da Secretaria Executiva; Visita: Viveiro Jaguatibaia. Em seguida, o Sr. João Demarchi comentou sobre as duas ações em andamento consideradas estratégicas para o fortalecimento da Política de Mananciais e que impactam diretamente as atividades desenvolvidas pela CT-Mananciais. Mencionou que a primeira ação se refere ao processo de atualização da Política de Mananciais, construída originalmente em 2015 pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ e a antiga Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. Explicou que, após quase dez anos de vigência, identificou a necessidade de revisão e modernização da estrutura, de modo a aprimorar a eficiência e a efetividade das ações, sem comprometer os aspectos que já funcionam adequadamente. Informou que o processo de revisão ocorre de forma participativa e aberta por meio do Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Mananciais (GT-Política Mananciais), o qual realiza reuniões periódicas e acolhe contribuições de todos os interessados. Ressaltou que o objetivo é coletar ideias, críticas e sugestões que auxiliem na consolidação de uma política pública mais moderna e eficaz, adequada às demandas atuais do território e às novas diretrizes de gestão das águas. Comentou que os Programas I e II deverão ser mantidos em sua estrutura principal, com ajustes pontuais. No entanto, observou dificuldades no Programa I, relacionadas à prospecção de áreas e ao diálogo com produtores rurais, devido à ausência de equipes técnicas em muitos municípios. Mencionou que essa função seria desempenhada pelas Unidades Gestoras de Projeto (UGP), porém, diante das limitações, está sendo proposta a utilização dessas unidades como instrumentos de contratação de instituições, empresas ou profissionais especializados, que atuem como braços executivos dos municípios e das UGPs. Informou que projetos-piloto já estão em andamento em Piracicaba e em municípios vizinhos, com resultados promissores.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

Em relação ao Projeto Individual das Propriedades (PIPs), explicou que a estrutura original se mostrou complexa e de difícil execução, resultando em atrasos significativos entre o diagnóstico e a implementação das ações. Destacou que está em negociação uma simplificação dos PIPs, por meio da utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), com o intuito de agilizar os processos e reduzir a defasagem entre planejamento e execução. Comentou a proposta de criação de um Programa V, voltado ao monitoramento de processos e resultados, com definição de indicadores e metas que permitam avaliar a eficiência e eficácia das ações implementadas. Reforçou que a gestão de políticas públicas exige métricas claras e acompanhamento contínuo, uma vez que não se faz gestão sem mensuração. Com relação ao Programa II, referente ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), afirmou que a estrutura geral será mantida, mas destacou o desafio da perenidade dos recursos financeiros, considerando que os atuais provêm majoritariamente dos Comitês PCJ e possuem caráter temporário. Ressaltou a importância de discutir alternativas que envolvam empresas de saneamento e o uso de tarifas de abastecimento para garantir a sustentabilidade do programa. Quanto aos Programas III e IV, que tratam das áreas protegidas, informou que deverão ser fundidos em um único programa, com foco no planejamento por sub-bacias hidrográficas. Explicou que essa abordagem promove a integração entre municípios e fortalece a conectividade ecológica entre fragmentos florestais, UCEs e Áreas de Preservação Permanente (APP). Mencionou a intenção de incluir um PSA de proteção, voltado à manutenção dos remanescentes florestais e à prevenção da degradação de áreas já preservadas. Destacou a proposta de um novo Programa IV, que dará ênfase à proteção das áreas de contribuição dos reservatórios, considerando especialmente os novos empreendimentos em Piraí, Amparo, Pedreira e possivelmente o Corumbataí. Ressaltou que o objetivo é garantir que o uso e ocupação do solo nessas regiões contribuam para a qualidade da água e evitem o assoreamento precoce dos reservatórios. Informou que todas essas atualizações estão sendo consolidadas em uma minuta de revisão da Política de Mananciais, que será discutida na Oficina para Revisão da Política de

Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, no dia 18/11, no CENA/USP em Piracicaba/SP. Informou que uma empresa especializada foi contratada para auxiliar na redação final do texto, e após validação, será encaminhado a CT-Mananciais, a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ e posteriormente à Plenária dos Comitês PCJ, com previsão de aprovação até março/2026. Reforçou que o processo de revisão é aberto, participativo e colaborativo, podendo receber contribuições a qualquer momento, inclusive por e-mail. Reforçou a importância da diversidade de experiências e perspectivas dos membros da CT-Mananciais, que contribuem para a construção de uma política mais eficiente, alinhada aos princípios de gestão participativa e integrada das águas defendido pelos Comitês PCJ.

2. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 27/08/25, por videoconferência: Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 8ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 27/08/25 por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura. A Sra. Luiza Ishikawa Ferreira, representante da Jaguatibaia, solicitou algumas correções de redação. Após as adequações, o Sr. João Demarchi colocou em votação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade.

3. Apresentação: Sustentabilidade Hídrica para o abastecimento público de água de Piracicaba e Rio Claro: O Sr. Rinaldo Calheiros, representante do Instituto Aimara comentou que a palestra tem como objetivo apresentar propostas de colaboração com o município de Piracicaba/SP diante da crise hídrica que também atinge Rio Claro/SP. Destacou que a maior parte do abastecimento de Piracicaba depende do rio Corumbataí, cuja disponibilidade já é crítica, levando o Gabinete de Crise a propor a decretação de emergência hídrica em 03/01/2025, medida também adotada por Rio Claro. O Sr. Rinaldo ressaltou a baixa qualidade da água do rio Piracicaba, que exige diluição com água do rio Corumbataí para alcançar potabilidade, tornando-o inviável como fonte alternativa. Apresentou dados que indicam que, mantido o ritmo atual de consumo, Piracicaba excederá a disponibilidade hídrica do Corumbataí em 105% até 2030 e 141% até 2040, o que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

levaria ao colapso do abastecimento público. Situação semelhante foi projetada para Rio Claro, em que o Ribeirão Claro atenderá 112% da demanda em 2030 e 123% em 2040. Como solução, defendeu a adoção de infraestrutura verde, considerada mais eficiente e econômica que a construção de represas, por atuar nas causas da escassez. O método proposto envolve a recuperação físico-hídrica de microbacias, visando a autossuficiência dos municípios e a proteção dos mananciais. Segundo o Sr. Rinaldo, a metodologia desenvolvida permite quantificar a água produzida pela recuperação ambiental, demonstrando que, se aplicadas em Piracicaba e Rio Claro, essas ações poderiam atender à demanda de 158 mil habitantes, mitigando o risco de colapso previsto para 2030. Além disso, destacou o desassoreamento de nascentes como medida emergencial de baixo custo e resultados imediatos, capaz de aumentar a vazão em até dez vezes em poucos dias. Em complemento, apresentou um vídeo que mostra o efeito da recuperação de uma nascente a partir do desassoreamento. Explicou o processo que envolve a remoção de sedimentos, a proteção do “olho d’água” com caixas de solo-cimento e o reflorestamento do entorno para evitar novo assoreamento. Por fim, o Sr. Rinaldo defendeu a inclusão do desassoreamento nos Projetos Integrais de Propriedades (PIP’s). Em seguida, a Sra. Nádia Zacharczuk, representante da DAE Jundiaí ressaltou que, embora haja dificuldades na destinação de recursos financeiros, o projeto é considerado urgente e de grande relevância. Destacou a necessidade de que todos os membros se empenhem na busca de soluções e colaborações possíveis. Sugeriu que os estudos sobre mananciais não se limitem aos municípios de Piracicaba e Rio Claro, mas que sejam ampliados a todos os municípios da bacia, de modo a incluir diagnóstico e quantificação do potencial de produção hídrica em cada território, fortalecendo a Política de Mananciais PCJ. Na sequência, o Sr. Daniel Maeda, representante do DAEV S.A, relatou sua experiência como gestor no cadastramento das nascentes do município de Valinhos, destacando que aproximadamente 70% das nascentes identificadas encontram-se em propriedades particulares, o que representa um desafio adicional para o monitoramento e a proteção dessas áreas. Informou que durante o levantamento verificou um deslocamento de pontos de nascentes em relação às referências da planta

do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), além da constatação de que muitas nascentes desapareceram devido à degradação ambiental e à ocupação urbana. Questionou sobre como lidar com essas situações em que as nascentes se encontram em áreas privadas ou já não existem fisicamente. O Sr. Rinaldo esclareceu que a carta do IGC, embora oficial, apresenta limitações na precisão da localização das nascentes, uma vez que sua elaboração baseou na topografia e não em verificações de campo. Explicou que, em muitos casos, os registros incluem gruta secas e, por isso, apenas o trabalho técnico em campo pode confirmar a existência ou extinção de uma nascente. Ressaltou que a degradação físico-hídrica das áreas de recarga é uma das principais causas do desaparecimento de nascentes e sugeriu que os projetos passem a incorporar métodos de diagnóstico mais detalhados e participativos. Comentou que um dos principais entraves à execução de projetos de recuperação é a falta de adesão e anuência dos proprietários rurais. Enfatizou que as ações de recuperação ambiental precisam ser mais profundas e integradas, indo além da contratação de serviços técnicos de reflorestamento, e que é necessário incluir estratégias de sensibilização e envolvimento comunitário para garantir a adesão efetiva das partes interessadas. Em seguida, O Sr. Miguel Madalena Milinski, coordenador-adjunto da CT-Mananciais e representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) informou que o IGC está atualmente atualizando o mapa hidrográfico do estado de São Paulo, com base de dados referentes aos anos de 2023 e 2024. Ressaltou que o novo mapa está concluído, porém ainda não foi oficialmente disponibilizado por motivos burocráticos. Reforçou que essa atualização é de extrema importância para corrigir inconsistências identificadas em versões anteriores, que indicavam a existência de rios ou nascentes. Em seguida, o Sr. João Demarchi agradeceu a apresentação e as contribuições dos membros e seguiu para o próximo item de pauta.

4. Informes: Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes.

4.1. da Coordenação: não houve informes.

4.2 dos membros: O Sr. João Demarchi questionou os membros sobre os informes e não houve manifestações.

4.3 da Secretaria Executiva: a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da SE/PCJ iniciou os informes, sendo:

a) Alteração de representantes: informou que entre a última reunião da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: i. **Associação Ambiental Plantar**: inclusão do Sr. Sr. Denis Rodrigues Marto como representante suplente. Como trata-se de alteração de entidade que já faz parte da CT-Mananciais, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; b) **Capacitação dos membros dos Comitês PCJ**: Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; c) **Próximos eventos dos Comitês PCJ**: A Sra. Tainá informou os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: i. VIII Seminário de Saúde Ambiental “Assegurando a Jornada da Água – do Manancial ao Consumidor”, organizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), previsto para o dia 29/10/25, no Auditório da DAE Jundiaí, em Jundiaí/SP ([link](#)); ii. VIII Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ – “Inovações na Gestão de recursos Hídricos Subterrâneos”, organizado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS). O evento irá ocorrer no dia 13/11 e 14/11, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP Rio Claro, em Rio Claro/SP ([link](#)); iii. Oficina para Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, organizado pela CT-Mananciais. O evento irá

ocorrer no dia 18/11/25, no CENA/USP, em Piracicaba/SP ([link](#)). As inscrições para participação dos eventos podem ser realizadas por meio do [link](#), disponível no site dos Comitês PCJ, na seção “Eventos”; d) **Próximas reuniões dos Comitês PCJ**: convidou os presentes para as próximas reuniões dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: i. 15ª Reunião Extraordinária Conjunta das Câmaras Técnicas de Planejamento (CT-PL) e do Plano de Bacias (CT-PB): dia 07/11/2025, às 09h00, por videoconferência; ii. 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL): dia 07/11/2025, às 10h00, por videoconferência. As reuniões serão transmitidas no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma YouTube. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; e) **Próximas reuniões da CT-Mananciais**: A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais do 2º semestre de 2025, destacando que a próxima reunião está prevista para ocorrer no dia 05/12/2025, às 09:00, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ.

5. **Outros assuntos**: O Sr. José Carlos Perdigão, representante de Jaguatibaia, informou que a entidade completará, no próximo ano, 30 anos de atuação voluntária. Informou que desde 2016, a convite da Embrapa Meio Ambiente, foi instalado o viveiro da Jaguatibaia dentro da área da fazenda da Embrapa, em um espaço que havia permanecido desativado por cerca de quatro anos. Ressaltou que atualmente a área encontra-se 100% restaurada e em plena produção, constituindo um exemplo bem-sucedido de recuperação ambiental. Explicou que a programação previa uma visita técnica ao viveiro após a reunião, e reforçou o convite a todos os presentes para conhecem a estrutura, mencionando que o espaço permanece aberto para visitação. Em seguida, informou a parceria entre a Jaguatibaia e a ONG The Nature Conservancy (TNC). Destacou a proposta de criação de um Centro de Referência em Restauração e Educação Ambiental. Informou que o projeto tem como objetivo estabelecer um espaço receptivo voltado à capacitação de produtores rurais, mobilizando sindicatos, associações e cooperativas para promover a conscientização sobre a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 22/10/2025 - 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna /SP

relação entre a cobertura florestal e disponibilidade hídrica, tema considerado essencial para a sustentabilidade hídrica da bacia. No âmbito da educação ambiental, ressaltou que a Jaguatibaia atua em parceria com o Consórcio PCJ, tendo realizado capacitações em 67 municípios da Bacia PCJ, envolvendo professores da rede pública, agrônomos das Casas de Agricultura e técnicos de empresas de saneamento. Ressaltou que esses treinamentos visam sensibilizar diferentes públicos sobre a importância da temática ambiental e aprimorar abordagens pedagógicas voltadas à sustentabilidade. Citou como exemplo o módulo premiado “Da Semente à Muda da Muda à Árvore”, desenvolvido pela instituição. Destacou que, até o momento, as atividades eram realizadas sem um espaço adequado para recepção dos grupos, e que essa foi uma das razões pelas quais a reunião ocorreu nas instalações da Embrapa, em vez do viveiro. Nesse sentido, apresentou a proposta arquitetônica do futuro Centro de Referência, concebido de forma ambientalmente sustentável, com a adoção de técnicas construtivas tradicionais como taipa de pilão, adobe e pau-a-pique, devidamente adaptadas às normas técnicas e exigências ambientais vigentes da ABNT. Explicou que a iniciativa prevê a participação dos municípios da Bacia PCJ, os quais poderão indicar técnicos municipais para acompanhar e aprender os métodos construtivos sustentáveis durante a execução das obras. Ressaltou que o projeto contará com apoio técnico de arquitetos, engenheiros e mão de obra especializada, integrando um componente educativo voltado à capacitação prática. Ressaltou que o espaço será autossuficiente em energia, com a instalação de painéis solares capazes de suprir o consumo do viveiro e, contribuir para a redução dos custos energéticos da própria Embrapa. Além disso, o centro será disponibilizado para atividades de escolas, prefeituras e instituições, mediante agendamento, reforçando sua função como espaço de referência e integração socioambiental. Explicou que a Jaguatibaia e a Embrapa estão atualmente adequando o contrato de comodato que regula o uso da área, uma vez que o terreno pertence à Embrapa e foi cedido à Jaguatibaia sem repasse financeiro, mediante contrapartida na forma de fornecimento de mudas para os experimentos e projetos de pesquisa da instituição. Embora o Centro de Referência venha a ser construído em área pertencente à

Embrapa, informou que a intenção é deixá-lo como um legado institucional, incorporado ao patrimônio da Embrapa e disponível para o uso coletivo. Enfatizou que parceiros e apoiadores potenciais já demonstraram interesse em contribuir para a implantação do projeto, que visa consolidar um espaço permanente de promoção da restauração e educação ambiental nas Bacias PCJ. Apresentou imagens e esquemas da proposta arquitetônica, destacando o uso de eucalipto tratado, módulos estruturados, escritórios, banheiros, sistema de fossa séptica biogestora e acessos adequados ao viveiro. Informou que o projeto contemplará ações voltadas à educação para a sustentabilidade e práticas ESG ambientais, sociais e de governança, por meio de parcerias com empresas e instituições interessadas. Reiterou o convite aos participantes para visitar o viveiro e a estrutura de produção de mudas, bem como as iniciativas em andamento. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais